



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Controladoria Geral do Estado**  
**Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 400/2022

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00326- PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos

**UNIDADE:** Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicita que complete a planilha em anexo incluindo coluna de jornada de trabalho (30, 36, 40h/sem) dos funcionários da Companhia do Metropolitano de São Paulo -METRÔ . Ausência de resposta. Provimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI nº 400/2022**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia do Metropolitano de São Paulo -METRÔ, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe
2. Em resposta o órgão informou ao solicitante que as escalas de trabalho dos seus empregados são elaboradas nos termos do acordo específico celebrado com o Sindicato da categoria. Em recurso, o órgão manteve a informação anteriormente prestada. Insatisfeito, o cidadão apresentou apelo revisional, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, conforme atribuição prevista no artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, e, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a sanar a supressão de instância, o órgão quedou-se silente.
4. Deve-se consignar que o direito a acesso à informação se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar a eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, a inexistência do dado ou informar novamente que não tem competência ou não é o canal correto.
5. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada, além de não seguir os procedimentos previstos na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI) e as disposições do Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com alterações posteriores.
6. Constatada a falta de atendimento aos procedimentos definidos nas normas de acesso à informação, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, inciso IV, do aludido Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 19/12/2022 às 15:58:32.

CGEDES202205845A

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 19 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202205845A